

HORAS ADMINISTRATIVAS

APÓS PRESSÃO DA APROPUC E DIRETORES DE FACULDADE, CONSAD VOLTA ATRÁS

Durante a última semana, o Consad (Conselho de Administração) se reuniu duas vezes, nos dias 11 e 13/8 para debater as horas administrativas dos professores. Na primeira reunião os conselheiros votaram o pedido de revogação, feito pela APROPUC, do ato 003/2009, do reitor Dirceu de Mello, que suspendia o pagamento das horas administrativas dos docentes até que fosse feito o cadastramento dos mesmos. O pedido foi indeferido. Além disso, foi aprovada a deliberação número 001/2009 do Consad que alterava o regime de horas administrativas, criando intervalos de pagamento em que a quantidade de horas pagas ao docente ficava estabelecida a partir de critérios como número de alunos no curso, ao invés do pagamento igual para mesmas funções, estabelecido até então, e sem levar em conta a complexidade de cada cargo.

Os coordenadores de curso, por exemplo, receberiam de 5 a 20 horas semanais, de acordo com o número de alunos no curso. Enquanto não fosse determinado o número de horas de cada professor, todos ganhariam o mínimo,

sendo posteriormente avaliadas caso a caso quantas horas caberia a cada coordenador.

AS MANIFESTAÇÕES DA APROPUC

A reunião do dia 13/8, no entanto, suspendeu tal decisão para o presente ano letivo devido à pressão exercida pela APROPUC e pelos diretores das faculdades de Ciências Sociais e de Ciências Humanas e da Saúde, principalmente, que apresentaram ofícios ao reitor (íntegra nas páginas 3 e 4). A APROPUC afirmou que "mais uma vez, com esta deliberação, temos a quebra da democracia universitária pela mesma não considerar as instâncias acadêmico-pedagógicas da Universidade, como espaço de discussão e deliberação de assuntos concernentes à vida acadêmica, e aos projetos de cursos para formação profissional". Outro ofício apresentado foi o da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, que afirmou que "estabelecer contratos acadêmicos e acadêmicos administrativos, por critérios apenas salariais e econômicos financeiros, não é apenas um erro conceitual, mas ação com óbvio potencial

desastroso sobre a qualidade do ensino, pesquisa e extensão (...)".

Tendo recebido todos esses ofícios, o reitor propôs que a aplicação do ato fosse adiada para o próximo semestre letivo, pois apesar de acreditar que o ato foi "uma decisão correta" e que "era, sobretudo um ato moralizador", crê que será difícil aplicá-lo ainda nesse semestre, tendo em vista que isso interfere na distribuição de horas das aulas dos professores.

O secretário executivo da Fundação São Paulo, Padre Rodolpho Perazzolo, seguiu seu voto fazendo a ressalva de que "não se pode negar o mérito des-

se ato". O último voto foi do Padre João Júlio e foi contra a prorrogação, alegando que o ato poderia ser cumprido já nesse semestre. Ficou estabelecido então que os docentes que possuem horas administrativas ainda têm que fazer o cadastramento, no entanto o pagamento está mantido nos mesmos termos do semestre passado.

Tendo em vista a gravidade da situação (pois o ato foi somente suspenso e não revogado), a APROPUC está convocando os professores para uma assembléia geral nesta segunda-feira, 17/8, às 18h, em sua sede para debater a questão.

ASSEMBLÉIA DOS PROFESSORES

Atribuição de carga horária administrativa no contrato docente

**DIA 17/08/09, ÀS 18H.
SEDE DA APROPUC**

EDITORIAL

Por que devemos nos mobilizar? O que está em jogo na PUC-SP?

Dois fatos graves e preocupantes, para a vida acadêmica e trabalhista, marcaram as primeiras semanas de retorno de férias dos professores à PUC-SP. O primeiro deles foi o Ato nº 003/2009 do Magnífico Reitor e presidente do Consad, Dr. Dirceu de Mello que determinava a "suspensão provisória do pagamento das horas administrativas dos professores", publicado em 03/08. No mesmo dia a APROPUC recebeu e-mails e telefonemas de professores apreensivos e discordando de seu conteúdo.

A diretoria da entidade imediatamente se reuniu, analisou o Ato e solicitou uma reunião com o Reitor por constatar que o teor do Ato violava direitos trabalhistas, bem como atingia a autonomia e democracia universitárias. O Magnífico Reitor, em reunião com a diretoria da APROPUC, afirmou que a intenção do Ato era realizar um cadastramento das horas administrativas dos professores, que colocássemos nossos argumentos por escrito para encaminhar ao Consad. Prontamente respondemos que um cadastramento pode e deve ser feito, mas não a suspensão de pagamento por horas trabalhadas e devidas que fere direitos trabalhistas e constitucionais. A APROPUC rejeita quaisquer privilégios e entende que a Universidade deve sim corrigir distorções que possam existir, mas não confiscar salário.

Explicitamos os motivos relativos à reivindicação de revogação do Ato, nos ofícios 006/09 e 007/09: a) trabalhistas, por violar direitos, posto que horas trabalhadas devem ser pagas; b) que as horas administrativas são contratuais como as horas de docência e as horas pesquisa e sua remuneração é

estabelecida conforme a carreira acadêmica d@s professores; c) que essa discussão não passou pelas instâncias acadêmicas da Universidade; d) que as horas administrativas de diretores de faculdades, coordenações de curso de graduação e pós, coordenação de estágio, chefias de departamento e outras, são universais, e as exigências de redefinição, alteração e reafirmação de critérios são de competência das instâncias acadêmicas da PUC-SP, para posterior apreciação do Consad.

A APROPUC, desde o primeiro instante, compreendeu a gravidade do ato e suas consequências. Desse modo convocou reunião aberta com os professores que endossaram a posição da diretoria.

Apesar do Consad, em sua reunião realizada em 07/08, solicitar adiamento da decisão para analisar o recurso da APROPUC, na reunião seguinte, em 11/08, votou pela manutenção do Ato, sob a alegação trazida pelo Pde Rodolpho Perazzolo, secretário executivo, de que a APROPUC havia feito uma interpretação equivocada do Ato nº 3, e portanto o Ato estava mantido, no que foi acompanhado do voto do reitor Dr. Dirceu de Mello e do Secretário Pde João Júlio de Farias. A seguir o Reitor editou a Deliberação nº 001/09 que "regulamenta a atribuição da carga horária administrativa no contrato docente em razão do exercício dos cargos acadêmico-administrativos".

Essa nova deliberação se constituiu no segundo fato grave ocorrido na Universidade, pelo seu conteúdo, pois tratava do desdobramento do Ato nº 003 de uma maneira prioritariamente econômico-financeira desvinculando-a da questão acadêmico-pedagógica, dos cursos e da qualidade dos projetos de formação profissional

que têm sido fruto de debate e construção coletiva nas unidades de ensino.

Mais uma vez a APROPUC encaminhou um Ofício, o de nº 008/09, que solicitava a revogação da deliberação, por seu conteúdo não ter sido debatido e discutido nas instâncias acadêmico-pedagógicas da PUC-SP e por mais uma vez ferir direitos trabalhistas com possíveis redução de carga horária e salários e precarização do ensino e do trabalho.

No Consad, realizado em 13/08, após discussões, a partir dos documentos da APROPUC e argumentos das faculdades, o Magnífico Reitor encaminhou a proposta de suspensão do Artigo 1º do ato 003, que previa suspensão do pagamento das horas administrativas aos docentes, bem como a suspensão da deliberação 001/09 até o término do período escolar, que foi votada e aprovada por dois votos a um.

Entendemos que esta suspensão somente foi possível pelo posicionamento firme da diretoria da APROPUC e da categoria em reunião geral da entidade, ocorrida em 06/08, que endossou a posição da diretoria, bem como do posicionamento das faculdades, em reunião com o Reitor em 10/8, reafirmada em ofícios enviados que manifestaram estranheza e discordância com a Deliberação. A posição adotada no Consad de suspensão da deliberação e do artigo do Ato 003, que suspendia o pagamento de horas administrativas, provisoriamente, foi fruto de mobilização, pressão e posicionamento firme adotado pelos professores. Apesar da medida votada, ser uma vitória parcial na defesa da democracia universitária, ela não é suficiente. Temos que debater nas instâncias da Universidade, nos mobilizar, estar presentes nas reuniões da APROPUC,

para que nosso projeto de Universidade, não se aprofunde ainda mais no caminho mercantil e empresarial que já se instalou em outras PUCs, como nas de Campinas e do Rio Grande do Sul. Esta concepção de Universidade se materializa quando por exemplo: a) se quer atribuir o número mínimo de cinco horas para o coordenador de curso de graduação, quando suas atribuições acadêmico-pedagógicas exigem pelo menos 20 horas contratuais; b) quando se pretende dissociar horas administrativas do contrato do professor e da carreira docente; c) se retira direitos conquistados e fere o acordo coletivo; d) desvincula as questões econômico-financeiras das questões acadêmico-pedagógicas; e) não debate nas instâncias da PUC-SP as matérias de sua competência. Estes elementos são acrescidos ao desastre da gestão autoritária da reitoria Maura Vêras, com as demissões ocorridas desde 2006, a maximização da 65/78, a precarização das condições de ensino e trabalho, do redesenho institucional que seguiu na lógica da racionalidade instrumental, da intervenção da Fundação, da tropa de choque na PUC-SP.

Professores, a nossa vigilância deve ser permanente, uma entidade não se resume à sua diretoria, participe se quer que a PUC-SP continue uma PUC de excelência, que retome a democracia e autonomia universitária, que defenda e concretize a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que cumpra sua função social.

Venham à Assembléia Extraordinária da APROPUC, a ser realizada em 17/08, às 18h00, na sede da entidade.

Diretoria da APROPUC



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afafuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino

Fotografia: Gabriela Moncau

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João Batista Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria Claire Weischardt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

PUC EM MOVIMENTO

Manifestação da APROPUC sobre as deliberações do Consad

A diretoria da APROPUC vem por meio deste manifestar algumas considerações referentes à Deliberação 01/2009, publicada em 11/08/2009, que regulamenta a atribuição da Carga Horária Administrativa no contrato docente em razão do exercício de cargos acadêmico-administrativos que específica, e propor que o Consad em reunião a ser realizada em 13/08, suspenda a Deliberação 001/2009.

I - Alguns fatos retrospectivos:

1 - A APROPUC enviou dois Ofícios ao Sr Reitor, respectivamente 006 e 007/2009, após reunião da diretoria com o mesmo, apresentando argumentos de que cadastramento para organizar as horas administrativas dos professores não caberia em um ATO, o de nº 003 do Sr. Reitor e Presidente do Consad, pela sua natureza de suspensão provisória do pagamento de horas administrativas atribuídas aos professores, por violar direitos trabalhistas: horas trabalhadas devem ser pagas como direitos trabalhistas e constitucionais. Argumentou ainda de que não é favorável a nenhum privilégio e que estes devem ser corrigidos permanentemente na PUC-SP;

2 - APROPUC solicitou ao Sr. Reitor que encaminhasse os ofícios enviados ao Consad para a REVOGAÇÃO do ATO nº 3;

3 - Em 11/08, após vistas ao Processo, o Secretário Executivo do Consad, Pde Rodolpho Perazollo se pronunciou dizendo que a manifestação da APROPUC estava baseada em uma interpretação equivocada do ATO nº 003/2009 e após essa análise, votava pela manutenção do ATO nº 003. O Sr. Reitor e o outro Secretário Pde João Júlio acompanharam o voto do Pde. Rodolpho de confirmar o ATO nº 003;

4 - A partir do ATO confirmado pelo Consad, o Sr reitor fez a leitura da Deliberação 01/2009 que regulamenta as atribuições da Carga Horária administrativa no contrato docente em razão do exercício dos cargos acadêmico-administrativos que específica.

II - Manifestação da APROPUC mediante a Deliberação 001/2009:

1 - O desdobramento do ATO nº 003 encontra-se consubstanciado na Deliberação 01/2009. Esta expõe que cabe ao Consad as atribuições referentes às questões econômico-financeiras da PUC-SP e estabelecer a política salarial da Universidade. A deliberação para regulamentar as horas administrativas da PUC-SP deveria ser o resultado de um amplo processo de discussão nas unidades de ensino que visasse: debater, aprofundar e definir a na-



CAIO ZINET

APROPUC vai ao Consad reivindicar revogação do ato sobre horas administrativas dos docentes

tureza das horas administrativas vinculadas ao trabalho acadêmico-pedagógico e reafirmar as que já estão claramente definidas, estabelecer critérios pedagógicos da atribuição de horas para os diferentes cargos;

2 - Mais uma vez com esta deliberação, temos a quebra da democracia universitária por não considerar as instâncias acadêmico-pedagógicas da Universidade, como espaço de discussão e deliberação de assuntos concernentes à vida acadêmica, e aos projetos de curso de formação profissional;

3 - Atribuir carga horária mínima contratual de horas administrativas aos professores até a deliberação do Consad incidirá em prejuízos acadêmico-pedagógicos

e de instabilidade contratual aos professores;

4 - Deliberação prejudica ainda o artigo 6º da Deliberação 65/78 do Consun, sem este sequer ter sido consultado;

5 - Mediante estes argumentos a APROPUC propõe que esta deliberação seja suspensa na reunião do Consad de 13/08/09 e que se proceda um amplo debate na PUC-SP, posto que as questões econômico-financeiras não podem estar desvinculadas da natureza acadêmico-pedagógica dos nossos cursos e na qualidade dos projetos de formação profissional que são fruto de debate e construção coletiva nas unidades de ensino.

Maria Beatriz Costa Abramides
Diretoria da APROPUC

A Posição da Faculdade de Ciências Sociais

Conforme solicitado pelo Magnífico Reitor na reunião realizada na Reitoria na tarde de ontem, com a presença dos Digníssimos Vice-Reitor, Pró-Reitores e Diretores das Faculdades que compõem a Universidade, estamos encaminhando o presente ofício, com as ponderações da Direção da Faculdade de Ciências Sociais sobre a Deliberação 01/2009, que "regulamenta a atribuição de carga horária administrativa no contrato docente em razão do exercício dos cargos acadêmico-administrativos que específica".

Esclarecemos que, de acordo com aquilo que foi por nós explicitado na referida reunião, as considerações a seguir expressam a posição do corpo docente desta Faculdade quanto à necessidade de garantirmos a normalidade do trabalho acadê-

mico e a preservação de condições de trabalho adequadas ao desenvolvimento das atividades de gestão acadêmico-administrativa nesta Unidade.

Deste modo e, considerando: O ofício enviado em 05/08 p.p., em que solicitávamos esclarecimentos quanto ao Ato nº 03/2009, referente à "provisória suspensão de horas administrativas aos docentes da Universidade e regulamenta o procedimento a ser observado por quantos se sentirem com direito ao restabelecimento dos pagamentos suspensos", bem como a informação desta Direção sobre os procedimentos que estavam sendo adotados para instrução dos docentes quanto ao preenchimento dos formulários de solicitação de horas administrativas, conforme disposição geral e artigos 1º e 2º;

A pronta resposta de Vossa Magnificência quanto à abrangência das medidas decorrentes daquele Ato, bem como quanto ao esclarecimento de que estas não atingiriam professores recém-nomeados para cargos acadêmico-administrativos na Universidade;

A publicação da Deliberação 01/2009, em 11/08/2009, cujo teor ensejou uma série de considerações e inquietações por parte do nosso corpo docente, já expressas pela Direção da Faculdade na reunião de ontem que, aliás, foi convocada por Vossa Magnificência para dar ciência da referida Deliberação aos Senhores Diretores de Faculdade e coletar sugestões dos mesmos;

Que as horas administrativas a que se refere a Deliberação 01/2009 devem ser atribuídas aos docentes em razão do exercício

dos cargos acadêmico-administrativos, isto é, cargos de gestão acadêmica e pedagógica de Faculdades, Cursos de Graduação, Programas de Pós-Graduação e outras, inerentes aos projetos institucionais das Unidades, devendo ser compatíveis com as funções e atribuições estatutárias e regimentais de cada cargo;

Que, tendo em vista o início das aulas no próximo dia 17/08 em clima de normalidade acadêmica, bem como o fato de não podermos compor contratos de trabalho e/ou certificar as fichas cadastrais dos docentes em caráter provisório, conforme parágrafo 1º do Artigo 1º da Deliberação, sob pena de enfrentarmos sérios problemas de natureza acadêmica que comprometem o funcionamento dos

continuação da página anterior

curso, e conforme lembrado na reunião de ontem com a Reitoria, também, de natureza trabalhista,

Vimos, pelo presente, encaminhar ao Magnífico Reitor, na qualidade de Presidente do Consad, nossas ponderações.

Em relação às cargas horárias previstas pela Deliberação, em seu Artigo 1º, reiteramos nossas sugestões anteriormente encaminhadas por meio de ofício à Reitoria, que consistem em:

Diretor da Faculdade - 30 horas; Diretor Adjunto - 20 horas; Coordenadores de Curso de Graduação - 20 horas (conforme recomendado pelo MEC); Coordenadores de Curso de Pós-Graduação - 10 horas; Chefes de Departamento - 10 horas; Coordenador de Estágio da Faculdade - 10 horas; Diretor do Museu da Cultura - 20 horas.

Entendemos que estas cargas horárias são compatíveis com as atribuições estatutárias e regimentais, como já sugerido a partir de estudos exaustivos pela Comissão dos Contratos de Trabalho do Consun, considerando a nova estrutura que vem sendo implantada na Universidade, bem como, as exigências externas dos órgãos reguladores do ensino superior brasileiro.

A título de exemplo, é impossível a atribuição de 5hs para qualquer um dos coordenadores de curso de graduação, visto que isto, além de estar muito abaixo do recomendado pelo MEC-INEP, não cobriria nem o mínimo das atividades previstas em cada cargo. Isto se estende, também, aos Coordenadores de programas de Pós-Graduação.

Outro exemplo diz respeito aos Diretores e Diretores Adjuntos das Faculdades que, na nova

estrutura, respondem por uma série de novas atribuições (em decorrência da ampliação das Faculdades em termos de níveis-graduação, pós-graduação e educação continuada, de cursos e departamentos), não podendo ter carga horária inferior ao que já vinha sendo praticado.

Nesta perspectiva, as cargas a serem atribuídas deveriam ser discutidas em conjunto com as Direções de Faculdade, de modo a contemplar, de um lado, uma certa padronização e, de outro, as especificidades de cada Unidade.

Assim, solicitamos que:

1. A vigência da Deliberação 01/2009 seja suspensa para que possam ser adotados, urgentemente, critérios adequados ao bom funcionamento dos cursos e ao desempenho das tarefas de gestão acadêmica, que permitam a composição

dos contratos docentes;

2. Que, em decorrência disto, seja prorrogado o prazo para certificação das fichas cadastrais, sem prejuízo aos docentes.

Finalmente, considerando que muitos de nossos docentes mantêm vínculo empregatício exclusivo com a PUC-SP, vimos solicitar a Vossa Magnificência que a questão seja tratada com a máxima urgência, a fim de que não haja interrupção e/ou descontinuidade do pagamento das horas administrativas.

Aguardando a manifestação da Vossa Magnificência com a brevidade que a questão exige, renovamos, nesta oportunidade, nossos protestos de estima e consideração, subscrevemo-nos

Profa. Dra. Maria Margarida C. Lima - Diretora da Faculdade

Profa. Dra. Lucia Helena V. Rangel - Diretora adjunta

Carta da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde ao reitor

Após conhecimento do conteúdo da deliberação 01/2009 do Consad, e de reunião entre reitoria e diretores de faculdade, convocada e coordenada por vossa magnificência, vimos manifestar, como fizemos pessoalmente (em conjunto com os demais diretores de faculdade), nosso estranhamento e desacordo com a referida deliberação do Consad, bem como solicitar que este conselho reconsidere tal medida, suspendendo-a em favor do diálogo com os gestores das faculdades, com vistas a conhecer em detalhes as necessidades inapeliáveis e mínimas para o funcionamento, ao menos, razoavelmente satisfatório da vida e da gestão acadêmica da PUC-SP.

Tal posição deriva de um conjunto variado de fatores, entre os quais, a título de exemplo, destacamos:

- As decisões sobre a gestão acadêmica da PUC-SP, e as atividades acadêmico-administrativas a ela vinculadas, incluindo o tempo de contrato necessário para desempenhá-las, são competências das instâncias de deliberação acadêmica, em seus respectivos níveis, uma vez que, embora possuam dimensão econômico-financeira (que deve ser considerada e ponderada, em nosso caso, pelo Consad), por esta não se define. Significa dizer: estabelecer horas e contratos acadêmicos e acadêmico-administrativos por critérios apenas salariais e econômico-financeiros não é apenas um equívoco conceitual, mas ação com óbvio potencial desastroso sobre a qualidade de ensino,

pesquisa e extensão, bem como sobre o prestígio da universidade, junto à sociedade, à comunidade universitária e aos órgãos de educação e de avaliação do ensino e da pesquisa de nível superior (Inep e Capes, por exemplo).

- Exemplos do que acabamos de afirmar são muitos. Vejamos um caso típico: as "universidades" de baixíssima qualidade, que infestam o mercado atualmente, estabelecem a gestão acadêmica como apêndice burocrático e tecnocrático de seus negócios, frequentemente com cargas contratuais ínfimas para seus executores (às vezes, essas cargas são maiores do que alguns mínimos fixados pela deliberação 01/2009 do Consad). Nesses casos, possibilidades de planejar, acompanhar e qualificar o trabalho acadêmico são praticamente nulas. Além disso, as chances de integrar as atividades pedagógicas (ensino, pesquisa e extensão), o corpo docente, o discente e a comunidade também são precários.

- Definir carga de horas administrativas apenas por número de alunos ou demanda de atendimentos, pesquisas etc. é desconhecer ou desconsiderar, ao menos em detalhes, a natureza, a quantidade e a relevância das tarefas de gestão acadêmica da universidade. O número de alunos é uma variável, mas nem de longe a única ou a única importante: funções de planejamento; acompanhamento; avaliação; apresentação; prestação de informações; coordenação de atividades, fóruns e equipes; elabora-

ção de documentos, regulamentos, relatórios, pareceres; participação em reuniões diversas etc, etc. são atividades comuns à maioria das funções da gestão acadêmica da universidade, em suas diferentes modalidades (direções, coordenações etc.), independentes do número de alunos de um curso ou programa, por exemplo. Sendo assim, é absolutamente fundamental ouvir e debater esse critério com os docentes e com seus representantes na gestão acadêmica, buscando um arranjo que não seja academicamente desastroso e que seja economicamente viável.

- No caso específico da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (FACHS), a Clínica Psicológica (núcleo extensionista) e a Derdic (unidade suplementar) têm várias horas técnicas de professores de nossos departamentos que, nesses setores, exercem funções, por exemplo, de médicos, de psicólogos, de fonoaudiólogos. Estas horas são consignadas na ficha cadastral como horas administrativas docentes, pelo simples fato de não existir campo adequado para outras rubricas na planilha cadastral. A rigor, essas horas não são administrativas (embora registradas assim), mas próprias e fundamentais ao funcionamento desses setores.

- Ontem, no momento em que tomávamos conhecimento da deliberação 01/2009 do Consad, recebemos também documento certificando as horas na Pós-graduação, ainda que com ressalvas. Tal documento do Pós é anterior à

deliberação; ele vale? A deliberação se aplica agora e em geral? Estas dúvidas apenas mostram o desencontro de informações, a confusão e a intranquilidade que habitam a universidade às vésperas do início das aulas.

- A não definição, de fato, das horas administrativas impede a finalização da atribuição de aulas nas unidades, pois para compor o contrato, provavelmente, os gestores precisarão pegar ou "soltar" aulas, desalojando ou demandando colegas que, em tese, já estariam com seus horários e compromissos definidos para o semestre. As poucas condições atuais de organização do trabalho de gestão acadêmica, as indefinições e as dúvidas são muitas para se iniciar o semestre letivo. Mais confusão e insatisfação de estudantes, professores e funcionários se avizinham.

Se estivermos corretos, é urgente e indispensável: chamar os gestores acadêmicos e a comunidade ao diálogo; convocar o Consun, para deliberar sobre a matéria, pois ele é a instância máxima também da gestão acadêmica da PUC-SP; estabelecer novos prazos para o preenchimento das fichas cadastrais, após a decisão final sobre as horas administrativas de docentes; verificar cuidadosamente a possibilidade de reiniciar as aulas sem que esta matéria esteja definida, de fato e de forma minimamente aceitável.

Luiz Augusto de Paula Souza - Diretor Adjunto e Diretor em exercício da FACHS

Pobre Comfil! (... ou não?)

Rachel Balsalobre

A COMFIL - Faculdade de Comunicação e Filosofia - recém rebatizada com o natimorto nome de Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes (FAFICLA?! ai, meu Deus...), - também costuma ser chamada de Faixa de Gaza e acolhe seus alunos e professores em edificações temerárias, para dizer o mínimo, que já se popularizaram como Cingapura, o prédio da esquerda, e Palace II, o prédio da direita, para quem vem da Monte Alegre.

A sala dos professores, um lugar soturno, palco de esgares os mais indecifráveis, tem banheiro unissex, isto é, homens e mulheres usam um só, cujo vaso sanitário tem uma daquelas cordinhas de antigamente para puxar a descarga. Uma verdadeira relíquia! Assim, ser professora na Comfil, por exemplo, significa resignar-se a baixar o assento do vaso sanitário para usá-lo, já que os homens têm por hábito erguê-lo e deixá-lo erguido, é cultural.

O choque para os calouros que chegam pela primeira vez na Comfil costuma ser tão brutal que muitos deles acabam acreditando que é um trote, ou que é tudo intencional, isto é, a Comfil inteira seria, na verdade, um cenário genial cuidadosamente montado para ser um legítimo herdeiro da melhor tradição *underground*, da contracultura e da geração meia oitenta. Um autêntico lugar maldito.

É um jogo divertido, porque todo aquele "cenário em ruínas" parece propor outra estética e, com esta chave para decifrar aquele ambiente, então fica tudo bem, já que esta seria, pois, "a proposta". Um "tour" pela Comfil pode ser uma experiência interessante, eu aconselho fortemente.

Acontece que este corpinho acabado - ou exótico - abriga nove cursos, cerca de 1.500 alunos, 220 professores e cerca de 30 funcionários, e abriga também

o segundo curso mais procurado e de mais prestígio da PUC-SP, o curso de Jornalismo, (que, por sinal, com a recente desregulamentação da profissão, tem a sua importância magnificada, uma vez que agora, na vala comum do vale tudo, um diploma de Jornalismo da PUC-SP passa a valer ouro e é passaporte automático para a profissão).

Estes números acima não são uma insignificância para a Universidade. Neste quadro, merece uma reflexão desapassionada a decisão tomada por esta comunidade, ao eleger em junho último, para a direção da unidade pelos próximos quatro anos, duas candidatas identificadas com o chamado - *data maxima venia* - Império do Laquê. Como se pode ver, o pessoal da Comfil é criativo e pródigo em codinomes e metáforas...

O Império do Laquê, em suas diferentes vertentes, domina a Comfil há quase 20 anos e é coautor de sua decadência. Estava fartamente representado na retórica anterior e agora remanesce em parte na Fundação São Paulo.

A decadência física da Faculdade poderia ser apenas um charme *cult*, um detalhe caprichoso, uma "marca da PUC", por assim dizer, não fosse aquilo que é realmente grave, que é sua miséria intelectual, acadêmica, financeira e institucional.

O quadro é negro como a peste: dos nove cursos da Comfil, os dois únicos que preenchem vagas são os de Jornalismo (sete candidatos por vaga no último vestibular) e Publicidade e Propaganda (dois candidatos por vagas no último vestibular).

Todos os demais, sem exceção, são cursos que perdem alunos e definham há anos, como os de Letras e Filosofia, ou se debatem com vícios de origem e de identidade insolúveis, e também não preenchem vagas - como os de Comunicação em Artes do Corpo e Comunicação em Multimeios -, os dois com

alto índice de evasão.

Pois bem, nada disto é uma fatalidade, uma maldição que se abateu sobre estes cursos. Há anos este fracasso vem sendo forjado, no descaso das sucessivas gestões do Laquê, nas suas disputas intestinas, na falta de visão de cenários futuros, na falta de projetos arrojados e criativos, na falta de ousadia para reverter a situação, na acomodação fisiológica de seus membros, na estéril estagnação intelectual da unidade e - o mais intrigante! - na energia gasta para litigar contra o curso de Jornalismo, seja atacando seu Projeto, seja golpeando seus professores ou seu núcleo dirigente.

O curso de Jornalismo é o único bem sucedido na Comfil, mas tem que se defender permanentemente da desqualificação, boicote e desgaste a que é submetido de várias formas. Os exemplos são infindáveis, mas vale a pena lembrar do que é inesquecível: no ano passado, a direção da Comfil promoveu uma campanha para derrubar da Coordenação do curso a signatária deste artigo, que vinha de uma vitória consagrada para o cargo.

A campanha culminou numa apoteose dantesca, que foi uma reunião do CD da Comfil, um inacreditável show de possessão e horrores, brilhantemente documentado pelo professor Silvio Mieli, onde se pedia aos berros, e numa convulsão coletiva, a minha demissão sumária e por justa causa da PUC, quando o pretexto usado para a *blietzkrieg* já havia sido tratado e solucionado no âmbito do Departamento de Jornalismo, pois era um problema apenas deste âmbito. Meu "crime": como Coordenadora do curso, cuidei para que uma turma não ficasse sem aulas, providenciando de modo super emergencial um excelente professor que me substituiu em parte, e de modo informal, numa disciplina apenas, sem passar pelos trâmites regulares do Departamento,

(pois não havia tempo para isto), mas sem ônus nem prejuízo para ninguém, e com grande vantagem para os alunos.

Naquele momento, eu fui o flanco aberto para onde a artilharia pesada do Laquê se voltou para alvejar o curso de Jornalismo, pois nem minha importância individual, e nem a falha cometida, justificariam tamanha operação de guerra.

A direção da Comfil errou, primeiro, ao se meter nesta questão e, depois, errou de novo ao não instaurar uma sindicância para apurar devidamente os fatos. Ao invés disto, preferiu armar um tribunal de exceção abjeto, que não queria sindicância nenhuma, mas queria apenas me execrar em praça pública, me caluniar e me decapitar sumariamente. O que a direção da Comfil e o CD fizeram, naquele episódio, foi de uma truculência, de um despotismo e de uma brutalidade sem paralelo. Enquanto isto, do outro lado da rua, o então ouvitor dizia para os pais atônitos de uma aluna nossa, que "aquele lugar" (o curso de Jornalismo), não era ambiente para a filha deles. Estes pais podem testemunhar isto para quem quiser, é só pedir-mos. Há mil exemplos...

Tudo isto, e muito mais, avilta, cobre de vergonha e conflagra a Comfil.

O leitor deve estar se perguntando: "Mas, afinal, o que acontece?!"

Bem, certamente há outras visões, mas a verdade é que há muito tempo, alguém nos atirou a primeira pedra gratuita, e a segunda, e a terceira..., provavelmente por não gostar das nossas convicções, dos nossos projetos, da nossa ideologia, da nossa unidade, ou do nosso sucesso..., é difícil saber ao certo. Nosso Chefe de Departamento chegou a ser esmurrado em plena reunião de Departamento e o

continuação da página anterior

autor da agressão sequer foi punido. Então, não fomos nós que abrimos a caixa de Pandora ali! Não somos nós os truculentos!

Temos trabalhado arduamente para construir o prestígio e qualidade do curso, primeiro lutando contra a onda semiotizante, depois contra a onda neoliberalizante e ultimamente tendo que nos defender diuturnamente da perseguição inexplicável do Império do Laquê. Pois é ele mesmo que vai continuar a gerir os destinos da Comfil: é assustador pensar que se jogou no lixo um projeto fascinante, maravilhoso, ousado, de refundação da Comfil, liderado por José Arbex Jr., - que dispensa apresentações, aqui e no Brasil inteiro.

Com todo o respeito, qualquer comentário que se possa fazer sobre a distância abissal que separa Arbex de Sandra Rosa-Mercedes é totalmente supérfluo, acho que ninguém precisa de ne-

nhuma informação sobre isto.

José Arbex iria "virar" a Comfil, iria "colocá-la no mapa", ninguém duvida disto. O projeto concebido por ele e sua equipe imantaria a unidade com vigor intelectual, com competência, com vôos mais largos e ousadia para solucionar os problemas dos cursos definhantes, com vida acadêmica efervescente, criativa, intensa e planos práticos e exequíveis para lotar de alunos os cursos vazios e para romper com o medo, estagnação e paralisia acadêmica na qual seus professores estão mergulhados. Ruptura e tradição, ousadia e competência. Com democracia, com transparência, sem perseguição a ninguém, como acontece agora. Todos sabem que José Arbex tem história e tem bala na agulha para isto. Seria verdadeiramente outro mundo, perfeitamente possível... E já engatilhado!

Mas deve-se respeitar o desejo da maioria, que quis apenas mais do mesmo: tive a oportuni-

dade de cumprimentar, e cumprimente, na noite da apuração, aquelas senhoras tão elegantes, com figurinos tão semelhantes, com cortes de cabelo e tinturas curiosamente iguais, que, rostos afoqueados pelo blush e pela excitação, entre gritinhos de alegria pela vitória, (espero que elas entendam esta caracterização como um fino elogio e não como uma ironia), reuniam-se na tal sala dos professores, certamente aliviadas por terem podido se safar de um debate público com José Arbex, que foi profundamente prejudicado pelo período de indeferimento da chapa Arbex-Berenice e por todo tipo de calúnia.

Que sorte a da Sandra Rosa-Mercedes por se safarem do debate! Que azar o do futuro da Comfil...!

Agora é vida que segue: ninguém quer uma Comfil conflagrada - a não serem aqueles que gostam de pescar em águas turvas.

Certamente a nova direção da Comfil, assim como nós, quer

paz e condições de governabilidade. Sendo assim, é fundamental que esta nova direção entenda que a paz, na "Faixa de Gaza", passa necessariamente por uma conduta de respeito e não agressão ao curso de Jornalismo, ao seu projeto e aos seus professores, e, se tiver a grandeza necessária, poderá levar para casa, ao fim da gestão, o belo troféu de pacificadora da Comfil, e, com isto, nos desmentir quanto ao azar do futuro da unidade. Do contrário, as condições de governabilidade e o horizonte em geral são profundamente sombrios para a nova gestão da Comfil.

Esperamos que não - para o bem de todos -, e desejamos inspições de estadista e grandeza de espírito para a nova diretora e sua equipe.

Rachel Balsalobre é diretora da Apropuc, professora do curso de Jornalismo e coordenou a campanha Arbex-Berenice para a direção da Comfil.

TRE persegue dirigente do sindicato

Após conseguir liberação do Ministério Público para cumprir sua função perante o sindicato, o dirigente do Sintrajud - Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal, Demerson Dias, do Tribunal Regional do Trabalho, foi transferido para a

3ª zona eleitoral pela direção do TRE. O sindicato enxerga perseguição política, pois ele está longe da maioria dos servidores e o prédio tem péssimas condições de trabalho, com ar condicionado quebrado, insetos e outros problemas.

Nota de solidariedade ao dirigente sindical Demerson Dias

A APROPUC - Associação dos Professores da PUC-SP vem a público repudiar a atitude arbitrária da administração do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, que ataca o movimento sindical ao retirar o diretor do Sintrajud Demerson Dias de seu local de trabalho sem consulta prévia ao sindicalista.

Essa atitude é uma clara demonstração de perseguição, não só ao diretor, mas também a entidade. Entendemos que o

seu isolamento se deve ao fato do sindicato denunciar as péssimas condições de trabalho no local, bem como a intenção de afastar o sindicalista de sua base de atuação direta, buscando desmobilizar a entidade.

Repudiamos as ações que atacam os direitos dos trabalhadores, de seus representantes sindicais, legitimamente eleitos, e a livre organização sindical, o que caracteriza afronta aos direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal.

PROFESSOR(A)

FILIE-SE À APROPUC

COMPROMISSO COM A CATEGORIA

**VENHA À SEDE DA APROPUC:
RUA BARTIRA, 407
OU PELO ENDEREÇO ELETRÔNICO
WWW.APROPUCSP.ORG.BR**

MOVIMENTOS SOCIAIS

MST realiza atos pela reforma agrária

Em todo o país, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organizou diversas ações durante a semana, por agilidade no processo de reforma agrária no país e atendimento às famílias acampadas.

Em vários estados foram realizadas marchas e ocupações, que tinham como principal pauta de reivindicação o descongelamento de R\$ 800 milhões de reais do orçamento do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para reforma agrária e assentamento, conforme prevê o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O pedido de atualização dos índices de produtividade das terras e o assentamento a 90 mil famílias, também compõe as pautas do Movimento dos Sem Terra.

Até o fechamento dessa edição estavam ocupadas as sedes do INCRA em São Paulo, Recife, Brasília, Petrolina, Fortaleza, Natal, Belém, Salvador e Boa Vista. O Movimento afirma que não desocupará até que as reivindicações sejam cumpridas.

SÃO PAULO

Após 100 Km de marcha de Campinas a São Paulo, cerca de 1500 militantes do MST e da Via Campesina realizaram uma série de manifestações em São Paulo. A Praça Charles Miller, em frente ao estádio Pacaembu, se transformou em um gigantesco acampamento sem-terra, em plena capital paulista.

Na Assembléia Legislativa, dia 12/8, foi organizado pelos deputados Raul Marcelo (PSOL) e Simão Pedro (PT), coordenadores da Frente Parlamentar pela Reforma Agrária, um ato solene em comemoração aos 25 anos de fundação do movimento. Cerca de 500 militantes do MST estiveram presentes no auditório da Assembléia, junto a sindicalistas, estudantes e parlamentares. Também no dia 12/8, manifestantes do MST foram ao TRF (Tribunal Regional Federal), para denunciar o papel do poder judiciário na reforma agrária. Segundo a coordenação do mo-



Ato solene em comemoração aos 25 anos do MST, reúne 500 manifestantes na Assembléia Legislativa de São Paulo.

vimento, muitos latifúndios improdutivos desapropriados pelo INCRA não são transformados em assentamento por conta de ações da justiça.

Outra ação foi no dia 13/8, em que militantes organizaram uma marcha até o Palácio dos Bandeirantes, sede do governo estadual de São Paulo, para uma audiência com representantes do governo. A passeata foi bloqueada pela tropa de choque da Polícia Militar, perto do entronca-

mento com a Avenida Oscar Americano, impedindo a aproximação dos militantes. Uma comissão de 10 sem-terras entrou no palácio para apresentar suas reivindicações, sobre a análise de terras públicas estaduais para a reforma agrária, mas não houve avanço nas negociações. Já no dia 14/8, o MST se juntou a uma série de movimentos sindicais, sociais e estudantis na Av. Paulista para protestar contra os efeitos da crise.

Brasileiros se solidarizam ao povo hondurenho

No dia 12/8, em Honduras, instalou-se a Frente Nacional Contra o Golpe de Estado. Uma marcha de camponeses vindos de todas as partes do país se somou aos trabalhadores paralisados na Greve Geral. O movimento pediu solidariedade internacional, para que organizações e entidade de todo o mundo enviem representantes à Honduras para participarem de perto da luta pelo fim do golpe militar.

Alguns brasileiros foram até Honduras, se solidarizar com a luta contra a ditadura. Entre eles Amauri Soares, deputado estadual de Santa Catarina, Marcelo Buzzeto, dirigente do MST, Ivan Pinheiro, secretário geral do PCB

e o líder sindical, Dirceu Traveso, da Coordenação Nacional de Lutas do Brasil.

Segundo relato dos brasileiros, as manifestações foram intensas. No dia 12/8, cerca de 40 mil pessoas foram às ruas pedir o fim do golpe militar. De noite, o governo decretou novamente toque de recolher.

A população hondurenha não recuou, e no dia seguinte foi às ruas novamente. Enquanto os milhares de manifestantes dirigiam-se ao Congresso Nacional, o exército reprimiu violentamente a marcha e também ocupou sedes de organizações e entidades ligadas à Frente Nacional Contra o Golpe de Estado.

Cinco anos do massacre da Sé

Entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, sete moradores de rua que dormiam na Praça da Sé foram brutalmente assassinados e outros oito moradores foram atacados, mas conseguiram sobreviver às agressões. Nos dias seguintes, mais nove moradores foram alvo de violência e dados como desaparecidos. Os ataques foram realizados com pauladas na cabeça, enquanto as vítimas dormiam. Entre os acusados, policiais militares, guardas civis e um segurança privado.

O triste episódio, que marcou a história recente da cidade de São Paulo, continua impune. Em 2005, após um ano de investigação, o Ministério Público e o Departamento de Homicídios e Proteção a Pessoa apresentaram

uma denúncia e pedido de prisão preventiva a seis pessoas - cinco policiais militares e um segurança privado, também acusados de envolvimento com o tráfico de drogas e formação de quadrilha. No entanto, o juiz Richard Francisco Chequini, negou falta de provas e não encaminhou as acusações. O inquérito policial tinha 2 mil páginas.

Na época, a comunidade paulista repudiou a chacina. Professores, estudantes e funcionários percorreram a universidade vestidos de preto e com velas acesas. No mesmo dia foi realizado um debate no Tucarena, com participação do padre Júlio Lancelotti, coordenador da Pastoral Povo da Rua. A APROPUC também lançou um manifesto de repúdio.

ROLA NA RAMPA

Nomeada Comissão Processante para funcionário da Comfil

O reitor nomeou os professores Antonio Marcio Cunha Guimarães, Hamilton D'Angelo e Eduardo Dias Souza Ferreira para apurar as denúncias contra o funcionário Cristiano Terra Menezes, da Comfil. No semestre passado, o Consad decidiu pela demissão do funcionário em razão de denúncias feitas pela segurança Graber, por seu suposto envolvimento com drogas ilícitas no campus da universidade. Entretanto, depois da pressão da comunidade universitária, a decisão foi suspensa, pois os conselheiros entenderam que as provas

eram insuficientes para caracterizar a infração e, em seu lugar, foi determinada a criação de uma Comissão Processante. Segundo o ato do reitor, se confirmada a conduta irregular o funcionário poderá ser enquadrado no Artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho. Os prazos do processo começam a contar a partir de 17/8 e, inicialmente, serão convocados cerca de onze pessoas para as oitavas, entre professores, funcionários, a antiga direção da faculdade e chefias da empresa de segurança Graber.

Reitoria esclarece sobre gripe e lei anti-fumo

Nos dias 11 e 12/8, aconteceu um encontro entre o DRH, Pró-reitoria Comunitária com as chefias da universidade. Em relação a Lei Anti fumo, a maior preocupação, além das multas, é o fechamento temporário da instituição que pode chegar a 30 dias. A Pró-reitoria Comunitária orientou que os fumantes devem se conscientizar e tomar cuidado, e que as multas serão revertidas aos autuados. Em nenhuma localidade da universidade é permitido o uso de cigarro, inclusive corredores e pátios. O Dr. Val-

tércio, orientou a comunidade sobre a Gripe Suína. Segundo ele, os hospitais da cidade não estão realizando exames em pessoas com sintomas de gripe porque o resultado demora a sair e as clínicas estão superlotadas. A maior preocupação é com os grupos de risco: gestantes, idosos, diabéticos, cardíacos, e pessoas com problemas respiratórios. Na PUC-SP, os casos de gripe não resolvidos com medicamento comum são encaminhados ao pronto socorro.

Colônia de Férias da AFAPUC

As inscrições para a tradicional comemoração de aniversário da PUC-SP, na colônia de férias do SAAESP (Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo), na Praia Grande, ocorrem até o dia 17/8, às 17h. Os associados da AFAPUC e do sindicato pagam R\$30, com direito a um acompanhante (filho/esposa), e quem apenas for filiado à AFAPUC paga R\$30, mas sem

acompanhante, que paga R\$35 reais. Os demais convidados pagam R\$130, com direito ao ônibus, ou R\$100 sem transporte. As inscrições deverão ser feitas pessoalmente na secretaria da Associação. A saída de São Paulo está prevista para o dia 28/8, às 22h, com retorno para o dia 30/8, às 18h. Maiores informações pelo telefone da secretaria da AFAPUC, 3670-8208.

Colóquio debate Ontologia e História

Nos dias 10, 11 e 12/8, ocorreu o Colóquio Internacional Ontologia, Filosofia e História: questionamentos e reflexões, organizado pelo Pós em História da PUC-SP e Pós em Filosofia da UFMG. O evento homenageou vida e obra de José Chasin, que faleceu em 1998. Durante o Colóquio foi lançado o livro *Marx, Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica* (Ed. Boitempo).

Segundo Antonio Rago Filho, do Pós em História, a perda de José Chasin é imen-

surável, porque perto de sua morte ele estava no seu apogeu intelectual e muitas de suas melhores pesquisas não foram lançadas. Rago também comentou que um dos fios norteadores de Chasin era a obra de Lukács, que pedia um estudo rigoroso da de Marx. "Chasin não buscava a fama individual, mas o saber social. Nesse sentido era obsessivo e dedicou intensa quantidade de energia em sua atividade, que pode ser considerada histórica", afirmou.

Mudanças na diretoria da APROPUC

Os professores Erson Martins de Oliveira e Ivan Martin, diretores da APROPUC, deixaram neste semestre a PUC-SP e, por conseguinte, o cargo de diretores que ocupavam na entidade. Desnecessário seria lembrar o papel que estes dois docentes desempenharam nas lutas dos professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nos últimos anos foi marcante a atuação do professor Erson nas páginas do *PUCviva*, debatendo em nossos editoriais os momentos críticos de nossa situação local e da conjuntura nacional e

internacional. Da mesma forma, a participação alegre e sempre combativa do professor Ivan Martin vai deixar saudade naqueles que conviviam o dia a dia da universidade, e particularmente deste jornal. A diretoria da APROPUC passa a ter agora os professores Willis Santiago Guerra, como vice-presidente, Priscilla Cornalbas, como 1ª secretária e João Batista Teixeira como 2º secretário. O conselho editorial do *PUCviva* passa a ser composto por Bia Abramides, Victoria Claire Weischtordt, João Batista Teixeira e Priscilla Cornalbas.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - APROPUC pelo presente Edital convoca todos os Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para reunirem-se em ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 17 de Agosto de 2009, 2ª feira, às 18h00, em 1ª convocação, na sede da APROPUC, Rua Bartira, 407, Perdizes, São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1) Deliberação nº 01/2009 - CONSAD - Regulamenta a atribuição da carga horária administrativa no contrato docente em razão do exercício dos cargos acadêmico-administrativos que especifica.

Não havendo na hora acima indicada, número legal de presentes, a Assembléia será realizada meia hora após (18h30) no mesmo dia e local, em 2ª convocação, com qualquer número de *associados* presentes.

São Paulo, 13 de agosto de 2009

Maria Beatriz Costa Abramides
Presidente da APROPUC